

## Incomplete agreements and incomplete democracy

Consensus is hardly reached at the UNSC, Afghanistan's democracy evolution is threatened

Disagreements and accusations were the main point on yesterday is meeting. Firstly, a video exhibiting American soldiers urinating on Taliban suspect's dead bodies was presented by the Chinese delegation. Then, the Chad delegate exhibited a new video, now demonstrating the show off American soldiers taking pictures with corpses. Accusations concerning the badly prepared troops came from most of the nations present. The United States was questioned of how would they train Afghan troops if they could not even train their ones wisely.

The first resolution was elaborated by the United Kingdom, Rwanda and China, including most of the discussed topics. Although USA delegates joined

some nations that were feeling excluded from the elaboration of a new resolution project. The result was a really similar document to the previous one. Parts of the first resolution were included in the second one and to avoid the misunderstanding on who would take the credit for the resolution, the nations decided to join and rewrite it together.

Elections by their own won't be enough to the establishment of a durable peace in Afghanistan. Security and development claim time and united effort to take further the democracy evolution that occurs since the passed three years.

In spite of the burden of the rebel violence, the Afghan's reconstruction fa-

ces massive challenges, such as the economy based on the opium commerce, some of the worse social and economical indicators of the world and the consequences of one of the most deadly conflicts result from the cold war and American domination.

After all discussions and the shy consensus reached, the Russian delegation decides to go against the final resolution due to relocation troops clauses. "You are not negotiating and not hearing our requests", said the delegate. Is likely to Russia declares veto the resolution or the clause, if voting happens clause by clause.

Por Julia Rodrigues

## Documento de Resolução da OMS prevê fim da FGM

Propostas visam a fiscalização e a recuperação de vítimas da prática

Em votação na última sessão da Organização Mundial da Saúde, a proposta de resolução foi reconhecida pelos diretores do comitê após ser assinada por Haiti, Reino Unido, Burkina Faso, Alemanha, Índia, Djibuti, Serra Leoa e França. Ela apresenta medidas como a fiscalização e a recuperação de vítimas da Mutilação Genital Feminina (FGM).

A recuperação será realizada em hospitais de campanha, que serão instalados em aldeias e áreas rurais. Tais instalações médicas serão subordinadas a uma instituição central, instalada em países que tenham capacidade financeira para mantê-la.

A fiscalização deverá ser feita por observadores da Organi-

zação das Nações Unidas, enviados aos países que mantêm índices de FGM. Os fiscalizadores têm a obrigação de enviar relatórios à OMS relatando ocorrências em relação à prática da mutilação nos Estados que os receberem. Os países que ainda executam o procedimento deverão enviar dados trimestralmente, divulgando dados acerca da prática.

A população também atuará na fiscalização, por meio de denúncias via telefone, correio e pessoalmente, feitas às delegacias de polícia locais. Os delatores deverão permanecer anônimos, **visando proteger sua integridade física.**

Por Matheus Nobrega



Domingo, 23 de Novembro de 2014

## Embate político e acordos de armas ignorados

Delegados discutem diversos assuntos, porém deixam rixas políticas falarem mais alto que o esforço para a implementação da segurança, resolução é pouco efetiva e nem todas nações estão de acordo



O primeiro comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas seguiu, em maior parte, guiado por discursos de ataque entre as nações. Documentos elaborados instituindo medidas já existentes e a falta de eficiência no que tange o aprimoramento da legislação atuante impedem a evolução do comitê. O Programa de Ação das Nações Unidas (UN PoA – UN programme of Action) para prevenir, combater e erradicar o comércio ilícito de armamentos leves em todos os seus aspectos não foi sequer discutido. O mesmo é a base política da comunidade internacional para a regulamentação bélica. Contudo, por apresentar alguns aspectos generalizados, o programa deve ser implementado de forma que se transforme em um instrumento mais eficiente e que possa assistir outros mecanismos.

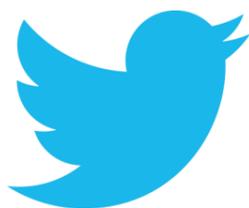
O Tratado Internacional de Rastreamento (ITI – International Tracing Instrument), que especifica a identificação de armas leves, tendo em vista conter o comércio ilícito, também clama por reforços. No entanto, o mesmo não entrou em pauta no comitê. A discussão seria favorável pois com a implementação de sua eficiência e particularidade consequentemente acarretaria o aumento da seguridade gerada.

O projeto de resolução proposto pela delegação brasileira apresentou maior enfoque no combate de milícias e do tráfico. A discussão sobre o derubamento dos embargos bélicos foi questionada pela delegação Palestina, tendo em vista que durante os debates as nações posicionaram-se favoráveis a tal. Afirmou que apenas aceitaria ao projeto se houvesse uma

cláusula que lhe garantisse a queda desses embargos. Os representantes egípcio e norte coreano chegaram a cogitar em discurso a necessidade da implementação do Programa de Ação (UM PoA), todavia, nenhuma cláusula sobre alterações para o aperfeiçoamento desse constou na resolução.

Diante de uma resolução que não lhe agradava, o delegado norte coreano se retirou da sala sob o argumento de "não negocio com capitalistas." Posteriormente, afirmou que votará contra a mesma. Na última sessão, os delegados da Palestina, Bielorrússia e Argentina se reuniram para a formulação de um novo projeto.

Por Julia Rodrigues



Siga-nos no twitter!  
@alahramonujr

## Paz chega à Palestina

Palestina e Israel entram em acordo e redigem juntos acordos de paz

O quarto comitê da Assembleia Geral entrou em consenso. Após quatro dias exaustivos de debate, Israel e Palestina confeccionaram juntos cláusulas do documento de resolução que não aborda somente a solução para a problemática fronteiriça entre ambas as nações, mas também recomendações de curto e longo prazo para a manutenção da paz na região.

A assembleia geral urge na interferência no sentido de investigar a conduta de líderes políticos da autoridade nacional palestina e de Israel para garantir a punição de eventuais agentes que atuem no sentido da perturbação da paz, e propõem envio de observadores para investigar e auxiliar a Palestina e Israel a conter focos de grupos extremistas em seu território.

Quanto a questão econômica, os países propõem que o PNUD em consonância com o banco mundial incentive um pacote de desenvolvimento agrícola para permitir que pequenos agricultores possam praticar a agricultura de subsistência. A cláusula pede auxílio no recrutamento de agentes de saúde e educação na região da

## Um passo para igualdade

Mesmo após a delegada sul-africana se declarar racista, uma solução é encontrada

“Não entendo porque os senhores se importam” Ainda que o discurso da África do Sul, país onde ocorre a segregação, fosse contra o objetivo original do comitê, foram encontradas respostas. Houve muitas divergências entre as nações, contudo foi possível a aceitação da resolução graças a necessidade de uma maioria qualificada.

palestina, e distribua na região profissionais e técnicos da área da engenharia para a composição da infraestrutura da palestina, e também crie projetos de previdência na região suapracitada e propõem a construção de um sistema de direcionamento de água potável eficiente em ambas as nações.

O projeto de resolução roga que perpetuem os acordos de paz propostos e os programas de desenvolvimento e reforça a necessidade de julgamento e posicionamento de ambos os governos e grupos extremistas tanto em âmbito nacional quanto internacional. Clama ainda para que o direito ao protesto pacífico seja assegurado.

Uma das cláusulas olha pelo auxílio da UNRWA na instalações de escolas móveis, destinados a população infanto-juvenil nos territórios, o que traz a conscientização da cultura de paz, e enfatiza a educação voltada ao diálogo e a diplomacia ao invés da luta armada.

Urge para que os governos de Israel e palestina entrem em um consenso sobre a divisão de terras de Jerusalém

em um conselho de tutela e também exige que ambos os países retirem propagandas e comerciais televisivos expostos pelos grupos políticos que exaltem a intolerância para concretizar medidas de paz entre as nações.

Também clama à Liga Árabe que discuta uma proposta de paz dos países árabes com Israel, e reconheça o estado israelense e propõem que discutam as medidas que podem ser tomadas para cessar os conflitos armados, busque medidas de auxílio socioeconômico e agrícolas e os demais propostos pelo comitê, incentivando a continuidade dos programas.

Talvez a cláusula mais importante de tal documento seja a última, ela preza pelo reconhecimento mútuo de ambas as nações envolvidas que seguiram as condições impostas por tal resolução, trazendo a paz definitiva na região.

Por Helena Jensen

ção de tal, muitos delegados foram a favor do encerramento das intervenções soviéticas e chinesas.

Por Laura Daflon

## Duas soluções unidas

No segundo comitê da Assembleia Geral dois projetos de resolução se juntaram para formar apenas um

O tempo foi curto para os delegados discutirem todas as questões da cooperação sul-sul. Por isso, ao invés de encontrarem um meio termo perfeito entre todos, os representantes decidiram unir duas resoluções, deixando a final equilibrada.

Foi abordado, nesse documento conjunto, o “objetivo do milênio”, afirmando que o prazo deve ser estendi-

do, devido a incapacidade mundial de cumpri-la em tal tempo. No âmbito da saúde, decidiram consultar a OMS para ter uma noção mais significativa do que poderiam fazer com intuito de contribuir financeiramente. Citaram, também, uma consulta ao PNUD, para obter os resultados do banco mundial e entender em quais âmbitos será necessária maior ajuda.

Os debates foram amenos – em contraste com a maioria dos outros comitês -, afinal todos concordavam com as mudanças norte-sul e sul-sul. Cooperação foi ouvida diversas vezes e alguns países, surpreendentemente, se mostraram a favor de colaborar.

Por Laura Daflon

## Proposta de Resolução do Terceiro Comitê da Assembleia Geral pode não solucionar todos os conflitos

O documento levado à votação apresenta furos e erros gramaticais

Na penúltima sessão do Terceiro Comitê da Assembleia Geral, foi apresentado o documento não oficial nº8. Esta proposição apresentou inúmeros erros gramaticais, que foram corrigidos pelos delegados e os diretores, visando a adequação do mesmo às normas padrões da língua. Tais erros demons-

tram a falta de preparo dos representantes signatários ao reconhecimento do documento, uma vez que as inadequações eram facilmente percebidas quando este foi apresentado.

Após corrigidos os erros, tal documen-

to foi debatido pelos presentes, e foram encontrados diversos furos. Nem todas as problemáticas foram abrangidas por suas cláusulas, porém ele foi aceito pelos diretores e deverá ser votado na última sessão do comitê.

Por Matheus Nobrega

## EUA é acusado de plagiar ideias de outros países

Membros rotativos do conselho de segurança histórico afirmam que Estados Unidos estão agindo de forma desonesta

Depois da crise de ontem, os países presentes lidaram com a problemática de minas terrestres e como lidar com as vítimas dos acidentes. Países pequenos e de pouca representatividade no comitê, propuseram questões relevantes e representantes dos Estados Unidos se apropriaram de tais propostas, modificando-as levemente e declarando a autoria de tais cláusulas.

Foram colocados três documentos de resolução em pauta, todos abordando os mesmos temas, mas pelos pontos de vista divergentes entre as nações

presentes no comitê supracitado, o documento final será a junção no máximo de acordo possível entre os países signatários de tais documentos.

A condenação do Vietnã, a criação da comissão de governo provisório, a criação de corredores humanitários e a questão das minas estarão presentes no documento de resolução. Só resta serem divulgadas as decisões acerca das questões em pauta.

Por Helena Jensen

